## ESTADO DE MINAS GERAIS PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2021 OBJETO:

**Pregão Presencial objetivando a** Futura e eventual contratação de empresa para aquisição de Uniformes para os servidores da Educação da Rede Municipal de Ensino do Municipio de Caputira/MG, conforme descrito no Termo de Referencia.

CREDENCIAMENTO: 09/11/2021 às 09:00 HORAS

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL: 09/11/2021 às 09:00 HORAS

**LOCAL:** Sala da Comissão Permanente de Licitação Praça Padre Joaquim de Castro nº 54, centro, Caputira, Minas Gerais.

**CONSULTAS AO EDITAL:** Na sala da Comissão Permanente de Licitações, no endereço acima.

SETOR REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação.

**ESCLARECIMENTOS:** Telefone e fax (31) 3873-5138



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2021 - SRP MENOR PRECO POR ITEM

Abertura dos Envelopes: Dia 09 DE NOVEMBRO DE 2021 às 09:00 horas

O MUNICÍPIO DE CAPUTIRA/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.385.138/0001-11, com sede administrativa na Praça Padre Joaquim de Castro nº 54, CEP 36.925-000, em Caputira, Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Pregoeira, nomeada através da Portaria nº 050/2021, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a seleção da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para aquisição de Uniformes para os servidores da Educação da Rede Municipal de Ensino do Municipio de Caputira/MG, conforme anexo do presente edital. O certame se regerá pelo presente instrumento convocatório, pelas disposições das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002, bem como do Decreto Municipal nº 008/2009.

A Pregoeira e a equipe de apoio reunir-se-ão, em sessão pública, para processamento do Pregão Presencial.

A abertura da sessão será às **09:00 horas, do dia 09 de NOVEMBRO de 2021**, Sala da Comissão Permanente de Licitação Praça Padre Joaquim de Castro nº 54, centro, Caputira, Minas Gerais, quando serão recebidos os envelopes documentação e proposta relativos à licitação, e credenciados os representantes das empresas licitantes.

#### 1 – DO OBJETO

- 1 A presente licitação tem por objetivo contratação de empresa para aquisição de Uniformes para os servidores da Educação da Rede Municipal de Ensino do Municipio de Caputira/MG, conforme discriminado no Anexo III.
- 1.1 O presente edital concede tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V da Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014.
- 1.2 Fica reservada a Cota com 25% (vinte e cinco por cento) do referido montante do objeto para as Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP e Micro Empreendedor Individual MEI, para o cumprimento do disposto no inciso III, do art. 48, da Lei 147/2014.
- 1.2. Os produtos serão adquiridos de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde desta Prefeitura.

#### 2 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ASSINATURA DE CONTRATO

**2.1** – O Município poderá, na forma do artigo 62 da Lei 8.666/93, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

- **2.2** O prazo para assinatura do contrato ou outro instrumento que o substitua é de cinco dias, contados da data da intimação, sob pena de o adjudicatário decair do direito de fazêlo e incorrer em multa de até 5% do preço total do contrato.
- **2.3** Decorrido o prazo de assinatura do contrato sem manifestação do adjudicatário, é facultado ao Município convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, devidamente atualizados, se for o caso, ou revogar a licitação.

#### 3 – SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- **3.1** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária. Não sendo aceitas as justificativas pela Administração da CAPUTIRA, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:
- a. Advertência.
- b. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- c. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- d. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- e. Suspensão do direito de contratar e participar de licitação com a Administração Municipal de CAPUTIRA MG pelo período de até 05 (cinco) anos.
- **3.2** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- **3.3** A multa deverá ser recolhida à Administração da Prefeitura Municipal de CAPUTIRA no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.
- **3.4** O valor da multa poderá ser compensado nos créditos porventura havidos junto a Administração Municipal.
- 3.5 À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de CAPUTIRA pelo período de até (05) cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas normas legais pertinentes.

- **3.6** As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- **3.7** Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

#### 4 – LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMIDO O EDITAL E SER ADQUIRIDO

**4.1** - O edital está disponível com a Pregoeira, na Prefeitura Municipal de CAPUTIRA, situada na Praça Padre Joaquim de Castro, nº 54, centro – CAPUTIRA-MG, no horário de 13h as 16h e 30 mim, de segunda a sexta-feira, ou por meio eletrônico através do e-mail <a href="mailto:licitacao@caputira.mg.gov.br">licitacao@caputira.mg.gov.br</a> ou no site <a href="mailto:www.caputira.mg.gov.br">www.caputira.mg.gov.br</a>.

#### 5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- **5.1** Poderão participar da Licitação as licitantes devidamente cadastradas no município ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento, observando a necessária qualificação.
- **5.2 -** Poderão participar deste pregão empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado através deste edital e, também:
- **5.2.1** estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste edital e respectivos Anexos;
- **5.3** As licitantes deverão apresentar, na data e horário previstos no preâmbulo deste edital, 2 (dois) envelopes devidamente fechados, contendo no envelope n.º 1, sua proposta comercial, e no envelope nº 2, a documentação comprobatória da habilitação conforme solicitado neste Edital, sendo que, ambos deverão conter, na parte externa, além da razão social, CNPJ e endereço, com os seguintes dizeres:

Prefeitura Municipal de CAPUTIRA Envelope nº 1 - "PROPOSTA COMERCIAL" Processo Licitatório nº 068/2021 Pregão Presencial nº 028/2021



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

Prefeitura Municipal de CAPUTIRA Envelope nº 2 "DOCUMENTAÇÃO" Processo Licitatório nº 068/2021 Pregão Presencial nº 028/2021

- **5.4 A DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO** aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo IX do Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nº 1 e 2.
- **5.5 A PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**, no caso de procurador da empresa, conforme modelo estabelecido no Anexo IV do Edital ou o **CONTRATO SOCIAL**, no caso de representante legal da empresa, em ambos os casos deverá ser apresentado fora dos Envelopes nº 1 e 2.
- **5.6 –** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas nas seguintes condições:
- **5.6.1** concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- **5.6.2** que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou por esta tenha sido declaradas inidôneas;
- **5.6.3** que estejam reunidas em consórcio ou cooperativa; controladas, coligadas ou subsidiárias entre si; estrangeiras que não funcionam neste País.

#### 6 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- **6.1 -** Aberta a fase para **CREDENCIAMENTO** dos eventuais participantes do **PREGÃO** o representante da proponente entregará ao **PREGOEIRA** documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua representada e representando-a, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.
- **6.2 -** O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, sempre acompanhado do contrato social ou outro instrumento constitutivo da eventual proponente, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases do **PREGÃO**, apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (1) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (2), formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão,



**ESTADO DE MINAS GERAIS** 

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

prestar todos os esclarecimentos solicitados pela **PREGOEIRO**, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, ficando facultada a adoção do modelo contido no **ANEXO IV.** 

- 6.1.1. Em se tratando de Micro empresa ou empresa de pequeno porte a licitante deverá comprovar sua condição no ato de CREDENCIAMENTO, através da declaração constante do modelo Anexo VIII, ACOMPANHADA da Certidão Simplificada da Junta Comercial, emitida com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação. No caso de sociedade civil, apresentar Certidão do Cartório de Títulos e Documentos emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data de abertura da licitação.
- **6.2.1 -** Na hipótese de apresentação de **procuração por instrumento particular**, impõese a comprovação da capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário através da apresentação do contrato / estatuto social da empresa.
- **6.3 -** Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto / contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- **6.4 -** Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- **6.5** A ausência do representante devidamente credenciado importará a imediata exclusão da licitante na fase de lances verbais.
- **6.6** As pessoas interessadas, não credenciadas, poderão acompanhar as sessões de abertura dos envelopes, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
- **6.7** Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante do licitante.
- **6.8 –** Em se tratando de Micro empresa ou empresa de pequeno porte a licitante deverá comprovar sua condição no ato de credenciamento.
- 6.9. O DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO DEVERÁ SER APRESENTADO E ENTREGUE EM SEPARADO.

#### 7 - PROPOSTA COMERCIAL

- **7.1** A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada do objeto a ser fornecido, de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:
- a. Datilografada, impressa por processo eletrônico, manuscrita (com letra legível), redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

- b. Preferencialmente com o número do Edital do Pregão e do Processo Licitatório;
- c. razão social do licitante, endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone, fac-símile e e-mail, quando houver.
- d. planilha de preço ofertado, com marca dos produtos.
- e. prazo de validade que deverá ser de no mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.
- **7.2** A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito a pregoeira, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.
- **7.3** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **7.4** Nos preços cotados deverão estar incluídos todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação sem qualquer ônus para a Prefeitura, tais como: fretes, tributos, encargos sociais e previdenciários.
- **7.5** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

#### 7.6 – O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- **7.6.1** Os licitantes deverão elaborar suas propostas em arquivo/mídia eletrônica fornecida gratuitamente pela Prefeitura Municipal de Caputira MG, sendo que a elaboração de forma diferente acarretará desclassificação imediata da proposta. Os arquivos deverão ser anexados à proposta após a devida impressão em CD ou Pendrive. A administração não se responsabilizará por alterações no executável, sendo que este é fornecido em perfeito funcionamento, testado e aprovado pelo setor de compras. Qualquer anormalidade de funcionamento detectada quanto à importação da proposta, também acarretará desclassificação da proposta.
- **7.6.2** O aplicativo de elaboração da proposta comercial deverá ser retirado na sede da Prefeitura Municipal de Caputira através do e-mail informado no preambulo deste edital, informando, para tanto, todos os dados da licitante para prévio cadastro. Quando não for possível o envio do aplicativo via e-mail, o mesmo deverá ser retirado presencialmente via CD ou Pendrive na sede da Prefeitura.

#### 8 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES

**8.1** – No horário e local indicados neste edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

- **8.1.1 -** Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao A PREGOEIRA a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IX ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- **8.1.2 -** Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por conseqüência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- **8.2** Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o critério menor preço.
- **8.3** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.
- 8.4 As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço
- b) A PREGOEIRA procederá à classificação da proposta de menor preço por item, e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço por item, para participarem dos lances verbais;
- c) Caso não haja pelo menos três propostas na condição definida acima (letras b), serão classificadas as propostas subseqüentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.
- d) Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais, a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Aos Licitantes proclamados classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciandose pelo autor da proposta de maior valor.
- **8.5 -** A PREGOEIRA convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- **8.5.1 -** A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- **8.6** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- **8.7** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

- **8.8** A PREGOEIRA poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- **8.9** Após a negociação, se houver, A PREGOEIRA examinará a aceitabilidade do menor preço decidindo motivadamente a respeito.
- **8.9.1** A aceitabilidade será aferida a partir dos preços constantes do termo de referência constantes destes autos.
- **8.10** Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- **8.11** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- **8.12** Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, A PREGOEIRA examinará a oferta subseqüente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- **8.13** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- **8.14** Caso a proposta apresente erros de soma e/ou multiplicação, A PREGOEIRA fará a correção dos cálculos e a proposta será aceita mediante expresso consentimento do proponente. Caso contrário, a proposta será desclassificada.
- **8.15** A PREGOEIRA examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.
- **8.16** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.
- **8.17** Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pela PREGOEIRA e licitantes presentes, ressaltando-se que poderão constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

#### 9 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9 - O envelope nº 02 HABILITAÇÃO, deverá conter em seu interior os documentos relacionados abaixo em uma via, com cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais:

#### 9.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

**9.1.2** – Registro comercial, no caso de empresa individual;



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

#### PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

- **9.1.3** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **9.1.4** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício:
- **9.1.5** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 9.2 - HABILITAÇÃO FISCAL

- 9.2.1 Comprovante de inscrição no CNPJ
- 9.2.2 Certidão negativa de débitos INSS;
- 9.2.2.1. Em conformidade com a Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014, o licitante poderá apresentar a certidão Unificada perante a Fazenda Nacional, em substituição à Certidão Negativa de Débitos do INSS
- 9.2.3 Certificado de regularidade do FGTS;
- 9.2.4 Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- 9.2.5 Certidão negativa de débitos com a Fazenda Federal;
- **9.2.6** Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual;
- 9.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

#### 9.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

**9.3.1-** Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, datada de, no máximo, 60 (sessenta) dias da data prevista para a realização da sessão pública do **PREGÃO.** 

#### 9.4 - OUTROS DOCUMENTOS

- **9.4.1** Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal: o modelo contido no **ANEXO V**.
- **9.4.2 –** Comprovação da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração: fica facultada a utilização do modelo constante do **ANEXO II.**
- 9.4.3. ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, por meio de certidão expedida pela Junta Comercial comprovando sua condição.
- 9.4.4 sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.
- 9.4.5 Declaração de Micro empresa ou Empresa de Pequeno Porte (ANEXO VIII).



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

#### PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

- **9.5 -** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- **9.6 -** Quanto aos documentos deve-se observar o seguinte:
- a. Apresentados em originais ou cópias autenticadas em cartório; ou
- b. Apresentados em cópias simples, acompanhados dos respectivos originais, para verificação e autenticação pela PREGOEIRA.
- c. Não serão aceitos de forma alguma documentos transmitidos por fac-símile;
- d. A apresentação dos documentos exigidos neste edital com prazo de validade vencido, na data de abertura do envelope "HABILITAÇÃO", importará na inabilitação do licitante, não sendo tal falta suprível por protocolo de solicitação dos mesmos.
- e. serão aceitos documentos retirados via Internet, hipótese em que poderá ser verificada a autenticidade:
- f. A documentação referente ao Certificado de Registro Cadastral são as constantes dos sub itens 9.1 e 9.2

#### 10 - ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

- 10.1 É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **esclarecimentos** sobre o **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de **até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.**
- **10.1.1 –** Os esclarecimentos pretendidos serão dirigidas a Pregoeira, com encaminhamento através de e-mail licitacao@caputira.mg.gov.br ou através de protocolo no setor de Licitação da Prefeitura Municipal de CAPUTIRA.
- **10.1.2 –** Não serão respondidos questionamentos orais (através de telefone)
- **10.1.3.** Os **esclarecimentos** deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, a contar do recebimento da impugnação.

#### 11 - IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- **11.1 -** Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão ou licitante, no prazo de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, dirigidas a Pregoeira da Prefeitura Municipal, devendo ser encaminhada ao Protocolo da Prefeitura Municipal.
- **11.2** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

- **11.3** O licitante poderá apresentar as razões do recurso na sessão do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias úteis contados da sessão, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **11.4 -** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso.
- **11.5 -** Os recursos serão dirigidos à autoridade competente, por intermédio da Pregoeira que, reconsiderando ou não sua decisão, o fará subir devidamente informado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 11.6 Os recursos e impugnações serão apreciados no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- **11.7 -** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **11.8 -** Os recursos e impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, **sob pena de não serem conhecidos**:
- a) ser dirigido ao Prefeito Municipal, aos cuidados da Pregoeira, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, conforme estabelecido no item 2 deste Título;
- b) ser dirigido ao Prefeito Municipal, nos casos de anulação ou revogação, no **prazo de 05** (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo **representante legal ou credenciado** do licitante, **devidamente comprovado**.
- d) ser protocolizado no Protocolo da Prefeitura Municipal.
- **11.9 -** A decisão acerca de recurso interposto será comunicada a todos os licitantes por meio de publicação no "Minas Gerais", Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.
- **11.10 -** Não serão conhecidas as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.
- **11.11 -** A Prefeitura Municipal não se responsabilizará por memoriais de recursos e impugnações endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos da Coordenadoria de Área de Protocolo, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

#### 12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **12.1 -** Inexistindo manifestação recursal a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.
- **12.2 –** A Pregoeira divulgará a decisão do recurso interposto por publicação no "Minas Gerais", competindo à autoridade superior adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

**12.2 - Existindo recurso(s)** e constatada a regularidade dos atos praticados e **após a decisão do(s) mesmo(s)**, a **autoridade competente** deve praticar o **ato de adjudicação** do objeto do certame à proponente vencedora.

#### 13 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

- **13.1** Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e o número de fornecedores a terem seus preços registrados, a Prefeitura Municipal convocará os proponentes classificados para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar a ARP Anexo VI, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma do art. 81 da Lei 8.666/93.
- **13.1.1.** O prazo fixado no item anterior poderá ser prorrogado, desde que a solicitação seja apresentada durante o transcurso do interstício inicial, caso ocorra motivo justo e aceito pelo setor de Licitações.
- **13.2.** Se os licitantes adjudicatários, convocados dentro do prazo de validade de suas propostas, deixarem de assinar a ARP, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo setor de licitações, a Pregoeira examinará as propostas subseqüentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.
- 13.3. A ARP terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.
- **13.4 -** A ARP não obriga a Prefeitura Municipal a celebrar o contrato ou emitir a nota de empenho, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.
- **13.5.** O setor de licitações avaliará o mercado constantemente, promovendo, se necessário, negociações ao ajustamento do preço.
- **13.6** Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o setor negociará com o fornecedor sua redução, caso contrário o signatário da Ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.
- **13.7.** O fornecedor poderá requerer à Prefeitura Municipal, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.
- **13.7.1.** Nessa hipótese, ocorrendo o cancelamento, o fornecedor ficará exonerado da aplicação de penalidade.
- **13.8.** Cancelados os registros, a Prefeitura Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

- **13.8.1 -** Não havendo êxito nas negociações, e não existindo mais preços registrados, a Prefeitura Municipal procederá à revogação da ARP, relativamente ao lote que restar frustrado.
- **13.9**. a Prefeitura Municipal realizará o controle dos serviços executados, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a

#### 14 - FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

- **14.1.** A solicitação, autorização, acompanhamento, fiscalização, recebimento e conferência dos produtos objeto desta licitação serão realizados por servidor do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.
- **14.3 –** Na ocorrência de descumprimento dos prazos previstos no Termo de Referência e Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal poderá aplicar as sanções ali previstas.
- **14.4 -** A Prefeitura Municipal não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Edital.

#### 15 - GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- **15.1** Poderá ser exigida garantia de execução do contrato, sendo que nesta hipótese o licitante vencedor deverá optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 56 da Lei nº. 8.666/93, que corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser atualizada nas mesmas condições do mencionado artigo.
- **15.2 –** No prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da emissão e entrega, a Contratada deverá apresentar documento comprobatório da garantia prestada, sob pena de rescisão contratual e/ou aplicação das sanções cabíveis, inclusive multa.
- **15.3 -** O valor da garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e por todas as multas impostas à Contratada, sem que isso inviabilize a aplicação de multas em valor superior ao da garantia.

#### 15 - FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

- **15.1** A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho de despesa, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93.
- 15.2 A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato, podendo ser encerrado em prazo inferior, desde que o objeto seja executado integralmente, mediante atestação dos gestores/fiscais do contrato.

#### 16 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**16.1** - O adjudicatário que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto,



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Caputira, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no e demais cominações legais.

- **16.2** Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:
- 16.2.1 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, até o 30°(trigésimo) dia, calculado sobre o valor do Contrato, por ocorrência.
- 16.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual.
- 16.2.3 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.
- 16.3 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Contratada por meio de guia própria emitida pela Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.
- **16.4 -** As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

#### 17 - PAGAMENTO

- 17.1 Os pagamentos dar-se-ão da forma estabelecida no termo de referência.
- **17.2 -** Na hipótese de pessoa jurídica, a nota fiscal será emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.
- **17.3** A Prefeitura Municipal identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo de pagamento será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
- **17.4 -** Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira.
- **17.5 -** Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a Contratada dará a Prefeitura Municipal plena, geral e irretratável quitação da remuneração referente aos serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

#### 18 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**18.1 -** Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta do orçamento de 2021.

#### 19 - PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- **19.1** Para os fins do disposto neste edital a expressão Pequena Empresa serve para se referir à Microempresa e à Empresa de Pequeno Porte, definidas no art. 3° da Lei Complementar Federal n° 123/06, cuja condição deverá ser comprovada durante a fase de CREDENCIAMENTO do Pregão Presencial.
- **19.2 -** Para o exercício do direito de preferência de contratação, no pregão, proceder-se-á da seguinte forma:
- **19.2. 1** declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;
- **19.2. 2** sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;
- **19.2. 3** constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor:
- **19.2. 4** se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante habilitado e declarado vencedor;
- **19.2. 5** após a apuração da menor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às Pequenas Empresas o direito de preferência à contratação;
- **19.2. 6** A pregoeira convocará a Pequena Empresa detentora da proposta de menor valor dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores em relação ao valor apresentado pelo proponente declarado vencedor, para que apresente nova proposta de preço inferior ao valor da melhor oferta inicial, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência;
- **19.2.7** realizada nova oferta de preço inferior, nos termos do sub item anterior, a pregoeira examinará a aceitabilidade desta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;
- **19.2. 8** sendo aceitável a nova oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da Pequena Empresa que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, observando o seguinte:
- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cino) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que proponente for declarado vencedor do certame, observado o disposto no art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93;



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

- b) A regularização da documentação fiscal, conforme disposto na alínea anterior, deverá ser efetuada mediante a apresentação das respectivas certidões negativa de débito ou positiva com efeito de negativa no prazo estipulado na alínea a deste sub item;
- c) O prazo para regularização dos documentos mencionados na alínea *b* deste sub item não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e econômico-financeira e ao cumprimento do disposto no art. 7°, XXIII, da Constituição Federal;
- **19.2.9** constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, a Pequena Empresa será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;
- **19.2.10** se a Pequena Empresa não apresentar proposta de preço inferior ao valor da proposta ofertada pelo proponente vencedor ou não atender às exigências de habilitação, após o decurso do prazo estipulado na alínea "a" do sub item 19.2. 8 deste edital, a pregoeira convocará as Pequenas Empresas remanescentes, se for o caso, que estiverem na situação de empate a que se refere o sub item 19.2. 6 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- **19.2.11** caso não haja Pequena Empresa dentro da situação de empate ou não ocorra a apresentação de proposta de preço inferior ao valor ofertado pelo proponente vencedor ou não sejam atendidas as exigências documentais de habilitação, transcorrido o prazo estipulado no sub item 19.2. 8 deste edital, se for o caso, a pregoeira adjudicará o objeto do certame ao licitante originalmente declarado vencedor;
- **19.2.12** após a aplicação do critério de desempate se houver a pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço;
- **19.2.13** declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos:
- **19.2.14** a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela pregoeira ao vencedor.
- **19.3 -** O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Pequena Empresa.

#### 20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- **20.1 -** Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:
- 21.1 Anexo II Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimento à Habilitação;
- 20.1.3 Anexo III Termo de Referência/Especificação Técnica do Objeto;
- 20.1.4 Anexo IV Modelo de Carta de Credenciamento;
- **20.1.5 Anexo V** Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante;
- 20.1.6 Anexo VI Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 20.1.7 Anexo VII Modelo de Proposta Comercial;



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

20.1.8 - Anexo VIII - Modelo de Declaração de condição de ME ou EPP.

- **20.1.10 Anexo IX** Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de habilitação.
- **20.2 -** O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- **20.3** A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.
- **20.4 -** Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificados e envelopes de Documentação de Habilitação de licitantes cujas propostas tenham sido desclassificadas.
- **20.5 -** Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- **20.6 -** Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.
- **20.7 –** Caso seja necessário, A PREGOEIRA poderá suspender a sessão do Pregão, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.
- **20.8 -** A PREGOEIRA, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3° do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- **20.8.1 -** Documentos solicitados em diligências deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pela Pregoeira ou Equipe de Apoio;
- **20.8.2 -** O não cumprimento de diligências poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000
TELEFAX: (31) 3873-5138

**20.9 -** A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

- **20.9.1** A Prefeitura Municipal poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- **20.10 -** Para atender a seus interesses, a Prefeitura Municipal reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- **20.11 -** A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura Municipal revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado.
- **20.12 -** Fica eleito o foro da Comarca de Abre Campo, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

CAPUTIRA, 19 de outubro de 2021.

AMANDA MENDES DOS REIS Pregoeira – Municipal



#### ESTADO DE MINAS GERAIS PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

#### ANEXO II - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2021 - SRP

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

RAZÃO SOCIAL:				
CNPJ:				
Endereço:				_
TEL.:				
Declaramos a inexistência de	e fato impedi	tivo quanto	à habilitação	para participar
neste Pregão, bem como estamos c	ientes de qu	e devemos (	declará-los qu	uando ocorridos
durante o certame.	·		•	
Por ser verdade, firmamos a p	oresente sob	as penas da	a Lei.	
		•		
	de	de		
		u		-
Assinatura do representante legal				



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS** PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

PROCESSO LICITATORIO Nº 068/2021 - PREGAO PRESENCIAL Nº 028/2021

### ANEXO III – TERMO DE REFERENCIA

Objeto PRAZO/LOCAL ENTREGA	Registro de Preços objetivando a futura e eventual contratação de empresa para aquisição de Uniformes para os servidores da Educação da Rede Municipal de Ensino do Municipio de Caputira/MG, conforme descrito no Termo de Referencia.  O prazo para entrega dos materiais será de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Ordem de Compra, nos setores solicitados, e serão autorizados pela Divisão de Compras, através de formulário próprio da
	Administração
Adjudicação	POR ITEM
PAGAMENTO	Os pagamentos serão efetuados na conta do favorecido em 30 (trinta) dias, ou de acordo com a disponibilidade da Prefeitura, após entrega dos materiais acompanhados das notas fiscais.
JUSTIFICATIVA	O Municipio busca melhorias, conforto e padronização no que tange uniformização dos servidores da Educação e os alunos da Rede Municipal de Caputira, tornando o ensino mais eficiente e ajudando aos usuários conter custos com uniformes escolares nesse momento de custos elevados.
DA AMOSTRA	1 - A(s) empresa(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) apresentar amostras, no período máximo de 10(DEZ) dias úteis, a contar da emissão da ata do certame. As referidas amostras deverão ser entregues na Secretaria de Educação para análise das condições exigidas no TERMO DE REFERENCIA do edital.  2 - A amostra apresentada pelo licitante vencedor será não reembolsável, pois quando da execução contratual, o licitante ficará comprometido a proceder à entrega da totalidade do material em consonância com a amostra apresentada.  3 - Se as amostras não forem aprovadas, poderá a Pregoeira proceder da forma como previsto na Lei nº 10.520/02, art. 4º, XVI.

#### Estimativa e descrição dos Uniformes

Item	Qtde	lmagem	Unid	Descrição dos Materiais	Valor Unit	Valor Total
------	------	--------	------	----------------------------	---------------	----------------



1	20	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CAPUTRA MG	CAMISA SOCIAL FEMINIA – EM TECIDO TRICOLINE COM ELASTANO – COR AZUL BEBÊ – MODELO CAMISETE COM BORDADO NO BOLSO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO LOGOTIPO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPUTIRA.	0 1.542,00
2	20	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CAPUTIRA-MG	CAMISA SOCIAL MASCULINA – EM TECIDO TRICOLINE COM ELASTANO – COR AZUL BEBÊ– MODELO SLIM COM BORDADO NO BOLSO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  LOGOTIPO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPUTIRA	7 1.575,33



3		1875 CAPUTIRA 1962 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA		JALECO FEMININO/MASCULINO PARA PROFESSOR— COR BRANCO COM BORDADO LOGO BRASÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA E NOME "Professor" NA ABA SUPERIOR DO BOLSO FRONTAL DO PEITO, EM TECIDO TRICOLINE COM ELASTANO, MANGA CURTA. ACABAMENTO AZUL ROYAL.  COR DO ACABAMENTO JALECO VERDE BANDEIRA. (VERDE DA MESMA COR DA LOGO)		
4	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CAPUTIRA-MG	F T E E E E	CAMISA SOCIAL FEMINIA – EM TECIDO FRICOLINE COM ELASTANO – COR AZUL BEBÊ – MODELO CAMISETE COM LOGO BORDADO NO BOLSO – Escrito/bordado sobre a logo no colso frontal "Diretor Escolar" - logo Secretaria Municipal de Educação.	77,10	385,50



5	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CAPUTIRA-MG	CAMISA SOCIAL MASCULINA – EM TECIDO TRICOLINE COM ELASTANO – MODELO SLIM COM BORDADO NO BOLSO – Escrito/bordado sobre a logo no bolso frontal Diretor Escolar.	393,83
6	DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	CAMISA SOCIAL FEMINIA – EM TECIDO TRICOLINE COM ELASTANO – COR AZUL TURQUEZA – MODELO CAMISETE COM BORDADO NO BOLSO – Departamento Municipal de Cultura – logo Departamento Municipal de Cultura.  77,10  LOGOTIPO – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA– FUNDO BRANCO COM CONTORNO DA LOGO NA COR PRETO E CINZA	154,20



		CAMISA SOCIAL	
7	02  DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	CAMISA SOCIAL MASCULINA – EM TECIDO TRICOLINE COM ELASTANO – COR AZUL TURQUIZA  – MODELO CAMISETE COM BORDADO NO BOLSO – Departamento Municipal de Cultura – logo Departamento Municipal de Cultura.  LOGOTIPO – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA – FUNDO BRANCO COM CONTORNO DA LOGO NA COR PRETO E CINZA	157,53
8	0220  O220  PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA	SERVIÇOS GERAIS  AVENTAL FRENTE E COSTA TECIDO TRICOLINE BOLSO FRONTAL – COR BRANCO COM DETALHE VERDE COM SILK DA LOGO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA. OBSERVAÇÃO: TAMANHO DO AVENTAL DEVE ESTAR NA ALTURA DOS JOELHOS.	8.785,33



ESTADO DE MINAS GERAIS
PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000

TELEFAX: (31) 3873-5138

#### **ANEXO IV**

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO (entregar fora dos envelopes)

Pelo presente instrumento particular de procuração, a (razão social da empresa), com sede (endereço completo) inscrita no CNPJ/ MF sob o nº (nº do CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (a) o(a) Sr. (a) (nome do representante) portador (a) da cédula de identidade (nº RG), e CPF (nº CPF), a quem confere amplos poderes para representar perante o Município de CAPUTIRA na Sessão de Pregão Presencial nº 028/2021, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, formular lances verbais, negociar a redução de preços, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRA, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da outorgante.

,	de	de	
Nome e assinatura do representante legal (	reconhecida	a em cartório)	



#### ESTADO DE MINAS GERAIS PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

ANEXO V – PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2021 – SRP

### DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TEL.:
DECLARAMOS, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
,de
Assinatura do representante legal

# 1975 GADULIER 1985

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA

## ESTADO DE MINAS GERAIS PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

### PROCESSO LICITATÓRIO № 068/2021 PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2021

#### ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREÂMBULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA, neste ato representada pelo Prefeito
Municipal, nos termos Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002, Lei Federal nº 8.666/93, de
21/6/93, e alterações posteriores, resolve registrar os preços apresentado pela,
inscrita no CNPJ sob o nº, situada na, nº, Bairro,/,
a seguir denominada FORNECEDOR, classificado em lugar, neste ato representada
por seu,, portador da Cédula de Identidade nº,/ e inscrito no
CPF sob o $n^0$ , classificada no Processo Licitatório $n^0$ 068/2021, na modalidade
Pregão Presencial nº 028/2021.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS
1.1. Constitui objeto da presente ata o registro dos preços abaixo descritos, referente a Registro de Preços objetivando para aquisição de Uniformes para os servidores da Educação da Rede Municipal de Ensino do Municipio de Caputira/MG, conforme descrito no Termo de Referencia. , conforme abaixo descrito:
<del></del>
1.2. O FORNECEDOR, para fins de fornecimento do obieto licitado, deverá observar as

- **1.2.** O FORNECEDOR, para fins de fornecimento do objeto licitado, deverá observar as especificações constantes do Termo de Referência anexo do Edital de Licitação do Processo Licitatório nº 068/2021, que integra esta Ata como se nela estivesse transcrito.
- 1.3. A contratação do fornecimento dos produtos/mercadorias, objeto desta Ata será formalizada por meio de emissão de nota de empenho de despesa.



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

#### CLÁUSLA SEGUNDA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. O gerenciamento desta Ata será realizado pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Caputira.
- 2.1 O recebimento dos produtos/mercadorias ficará condicionado à conferência da adequação e qualidade entregue, por pessoal da Prefeitura Municipal e o atendimento às condições, características, preço unitário e quantidade constantes da proposta, desta ata e da requisição/autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura Municipal.

#### CLÁSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA E PRAZO DE FORNECIMENTO

- 3.1. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato, podendo ser encerrado em prazo inferior, desde que o objeto seja executado integralmente, mediante atestação dos gestores/fiscais do Contrato.
- 3.2 O prazo de entrega do objeto deste contrato será de 05 dias contados da emissão da ordem de fornecimento, observadas as disposições desta cláusula;
- 3.3 Especificações quanto à emissão e recepção da ordem de fornecimento:
- 3.3.1. A ordem de fornecimento, a ser emitida pelo Departamento de Compras, é realizada de forma eletrônica pelo sistema informatizado e será enviada preferencialmente por e-mail, podendo a Administração enviar a ordem de fornecimento por fax ou via correios (neste caso, medianto uso do Aviso de Recebimento AR);
- 3.3.2.O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o e-mail e número de fax para o qual poderão ser encaminhadas as ordens de fornecimento;
- 3.3.2.1. Caso o licitante não possua aparelho de fax apto a receber as ordens de fornecimento, deverá declarar tal situação;
- 3.3.3 .Considera-se como data do recebimento da ordem de fornecimento:
- a) o primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de ordem de fornecimento enviada por e-mail ou por fax:
- b) o dia do recebimento da correspondência, no caso de ordem de fornecimento enviada por meio postal.



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

#### CLÁSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

- 4.1 O FORNECEDOR responderá por todo e qualquer dano provocado à Prefeitura Municipal, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela PREFEITURA MUNICIPAL, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcilos integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.
- 4.2 Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela Prefeitura Municipal, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo FORNECEDOR, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Prefeitura Municipal a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.
- 4.3 Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do FORNECEDOR for apresentada ou chegar ao conhecimento da Prefeitura Municipal, este comunicará ao FORNECEDOR por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à Prefeitura Municipal a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo FORNECEDOR não o eximem das responsabilidades assumidas perante a Prefeitura Municipal, nos termos desta cláusula.
- 4.4 Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Prefeitura Municipal, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo FORNECEDOR, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à Prefeitura Municipal, mediante a adoção das seguintes providências:
- a) dedução de créditos do FORNECEDOR;
- b) medida judicial apropriada, a critério da Prefeitura Municipal.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – O contratado se obriga a manter, durante toda a vigência da ata todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

#### CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR, DA EXECUÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Os valores dos preços registrados correspondem a R\$	()
conforme especificada na Cláusula Primeira.	

- 6.2. O pagamento à FORNECEDORA somente será realizado mediante a efetiva entrega do objeto, a qual deverá ocorrer no prazo de 03 (tres) dias, a contar da data de emissão da ordem de fornecimento, nas condições especificadas neste Instrumento e será comprovada por meio de atestado de liquidação a ser expedido pela Secretaria Municipal correspondente.
- 6.3. O pagamento será efetuado pela Secretaria de Administração do MUNICÍPIO no prazo de até 60 (sessenta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura pela FORNECEDORA, desde que devidamente atestado o recebimento.
- 6.4. A nota fiscal/fatura será emitida pela FORNECEDORA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.
- 6.5. O MUNICÍPIO, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à FORNECEDORA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item 5.3 acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
- 6.6. Os pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO serão efetuados por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela FORNECEDORA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.
- 6.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da FORNECEDORA, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução da Ata de Registro de Preços.
- 6.8. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a FORNECEDORA dará ao MUNICÍPIO plena, geral e irretratável quitação da remuneração nela discriminada, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.
- 6.9. Todo pagamento que vier a ser considerado indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da FORNECEDORA.
- 6.10. Mediante termo aditivo ou apostila, conforme o caso, os valores unitário e/ou total poderão ser atualizados monetariamente através do INPC ou mediante comprovação dos custos visando a recomposição do equilíbrio financeiro do contrato, conforme estabelecido em lei.
- 6.11. Observado o disposto no art. 57 da Lei 8.666/93, a vigência desta Ata poderá ser prorrogada por igual período de vigência, mediante formalização de termo aditivo.



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

#### CLÁUSULA SETIMA - DA ADESÃO DO CARONA:

- 7.1 Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública não-participante do certame licitatório poderá utilizar a Ata, durante sua vigência, desde que:
- 7.1.1 Comprove nos autos a vantagem da adesão;
- 7.1.2 Consulte previamente o órgão gerenciador; e
- 7.1.3 Observe a quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, para que não ocorra fracionamento.
- 7.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 7.3 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, aos quantitativos iniciais registrados na ARP.
- 7.4 Poderão utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, outros entes da Administração Pública e entidades privadas.
- 7.5 As contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.
- 7.6 O Órgão Gerenciador não responde pelos atos do Órgão carona.
- 7.7 A responsabilidade do órgão carona é restrita às informações que esse produzir, não respondendo pelas eventuais irregularidades do procedimento da licitação.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES

- 8.1 De conformidade com o artigo 86, Lei nº 8.666/93, o atraso injustificado na execução deste Contrato sujeitará o FORNECEDOR, a juízo da Administração, a multa de até 10% (dez por cento) do valor do Contrato, até 30 dias, após este prazo será cobrado juros de 1% (um por cento) ao mês.
- 8.2 Nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao FORNECEDOR, as seguintes penalidades: a) advertência; b) multa de até 10% (dez por cento) do valor do Contrato; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração,



#### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

por prazo não superior a 02(dois) anos; d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- 8.3 De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas no parágrafo 1º, letra "c" e "d" desta Cláusula, às empresas ou aos profissionais que em razão dos Contratos regidos por esta Lei, nos seguintes casos: a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos; b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 8.4 Se o valor da multa não for pago, será automaticamente descontado na primeira parcela de pagamento a que o FORNECEDOR vier a fazer jus, calculada com base nos índices estabelecidos para os débitos fiscais e de juros moratórios de 1%(um por cento) ao mês, calculados sobre o valor.
- 8.5 Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "b" e "c", desta cláusula, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis de intimação do ato ao Prefeito Municipal.
- 8.6 No caso de declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", caberá pedido de reconsideração ao Prefeito Municipal, no prazo de 10(dez) dias úteis a contar da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 8.7 A inadimplência das Cláusulas e condições estabelecidas nesta Ata, por parte do FORNECEDOR, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Quinta;
- 8.8. Os produtos/mercadorias oriundos desta Ata e contratados pela Prefeitura Municipal poderão ser rescindidos:
- a) Por ato unilateral e escrito da Prefeitura Municipal, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo;
- c) Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

## ESTADO DE MINAS GERAIS PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

8.9. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

- **9.1** Fica eleito o Foro Central da Comarca de Abre Campo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida por comum acordo entre as partes.
- **9.2** E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato para todos os fins de direito.

Caputira, em de	de 2021.	
	P/ CONTRATANTE	
	P/ CONTRATADA	
Testemunhas:		

# 1975 GAPUTIRA 1983

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA

## ESTADO DE MINAS GERAIS PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2021 - SRP TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

#### ANEXO VII – PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

**OBJETO**: contratação de empresa para aquisição de Uniformes para os servidores da Educação da Rede Municipal de Ensino do Municipio de Caputira/MG, conforme descrito no Termo de Referencia.

#### A/C Pregoeira

Assinatura do Representante Legal

Pı	rezada senhora,						
Α	empresa			_, inscrita no	CNPJ Nº		
		_, neste at	to, por seu re	presentante leg	jal abaixo		
as	sinado, em atendimento ao dispo	sto no refe	erido Pregão P	resencial após a	análise do		
ref	erido instrumento convocatório e te	endo pleno (	conhecimento d	o seu conteúdo,	se propõe		
a f	ornecer o objeto demandado nesta	a licitação, s	ob sua inteira r	esponsabilidade,	, conforme		
pla	anilha de custos. (PROPOSTA EL	_ETRÔNIC <i>A</i>	A FORNECIDA	GRATUITAMEN	NTE PELA		
PR	REFEITURA MUNICIPAL	DE	CAPUTIRA	PELO	EMAIL		
LICITACAO@CAPUTIRA.MG.GOV.BR - VD ITEM 7.6 DO EDITAL)							
Pro	oponente:						
CN	NPJ:						
No	me do Representante Legal:						
CF	PF:	_ ID:					
Те	lef.: ()						
e-r	mail:						
Validade da proposta: Conforme edital							
Lc	ocal/Data:		de	de	·		

# 1975 GAPUTIKA 1983

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA

## ESTADO DE MINAS GERAIS PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

#### ARQUIVO PDF ANEXO AO EDITAL.

ANEXO VIII - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2021 MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADA (APRESENTAR NO ATO DO CREDENCIAMENTO)

A empresa	, inscrita no CNPJ sob
o nº	_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a)
	, portador do Documento de Identidade
nº, inscrito no	, portador do Documento de Identidade o CPF sob o nº DECLARA, sob
as penas da Lei, que não está sujeita Lei Complementar n.º 123/2006 e :	a a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da alterações posteriores, estando apta a usufruir do os arts. 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos
() Microempresa, ME ou () Empresa Complementar n.º 123/2006;	a de Pequeno Porte, EPP, definida no art. 3º da Lei
anterior, receita bruta correspondent	la à ME ou EPP, tendo auferido, no ano-calendário e aos limites definidos no inciso II do art. 3° da Lei a incluídos os atos cooperados e não cooperados.
pretendemos utilizar o prazo previsto regularização, estando ciente que, d	restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para o contrário, decairá o direito à contratação, estando I, da Lei Federal nº 8.666/93. (Observação: em caso ma)
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	de de 2021.
(appingture de representants le sell)	
assinatura do representante legal)	



ESTADO DE MINAS GERAIS PRAÇA PADRE JOAQUIM DE CASTRO, 54 – CEP 36925-000 TELEFAX: (31) 3873-5138

#### **ANEXO IX - PREGÃO PRESENCIAL 028/2021**

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (Entregar fora dos envelopes)

RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:			_
TEL.:			-
Pela presen estabelecido no Inciso VII do artigo 4º penalidades cabíveis, que cumpriremos no Edital.	da Lei Federa		7/07/02, sob as
	_, de	de 2021.	
Assinatura do representante legal		_	